

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.492 - RS (2019/0089099-9)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND - RS080026A  
**AGRAVADO** : BELMIRO CAYE  
**ADVOGADO** : FLAVIO PIVATTO OLIVEIRA - RS060019

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): não cabimento de REsp alegando violação a norma constitucional; Súmula 284/STF; Súmula 283/STF; Súmulas 282 e 356 do STF; e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, deixou de impugnar, especificamente, os óbices aplicados pela Corte local.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

